AS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO E A APROPRIAÇÃO DESIGUAL DA NATUREZA: (RE) PENSANDO A ABORDAGEM AMBIENTAL

Roberta Batista de Jesus[1]
Mestranda em Geografia- UFBA
Afiliação AGB- Brasil

RESUMO:

Esse trabalho aborda uma discussão teórico-conceitual que busca as bases necessárias ao entendimento da relação sociedade-natureza. Definindo o conceito de espaço e território na Geografia, percebe-se que o segundo é concebido a partir do primeiro. O espaço é formado mediante a produção do homem, o território, quando há relações de poder. Diante dessa análise, ver-se que a sociedade se apropria da natureza através de técnicas, humanizado-a cada vez mais. No entanto, essa apropriação ocorre de forma desigual, regida pelas relações sociais de produção próprias do capitalismo. Embora fundamental no discurso ambiental, a análise das relações de produção é muitas vezes omitida. Como resultado tem-se visões limitadas do processo contraditório de apropriação, focando apenas os efeitos e impactos. Torna-se necessário para a Geografia um enfoque que não isole a sociedade da natureza, bem como as complexidades existente nessa relação.

PALAVRAS-CHAVE: Território, apropriação da natureza, relações de produção

1 INTRODUÇÃO

Estudar os elementos naturais e sociais, bem como as relações existentes entre ambos está no centro das discussões da Geografia. Ao se apropriar dos elementos naturais, a humanidade provoca intensas mudanças no meio natural, fato que acontece de forma diferenciada e contraditória sobre o espaço geográfico, muitas vezes comprometendo a condição de vida da sociedade.

A Geografia enquanto ciência social deve estar voltada para a produção de pesquisas que discutem as contradições que a sociedade em diferentes níveis promove ao apropriar-se da natureza.

É nesse sentido que esse artigo foi elaborado, para dar suporte teórico à dissertação que será produzida, na qual se propõe analisar os aspectos socioambientais no distrito de Pradoso, localizado no município de

---

[1] Bolsista da CAPES do Programa de Pós- graduação em Geografia- UFBA.

Vitória da Conquista, região sudoeste da Bahia. A escolha dessa localidade se deu pela sua importância no cenário municipal e até mesmo nacional devido à exploração do minério bentonita em seu território, fato que tem promovido novas dinâmicas espaciais para o distrito, somadas às práticas econômicas já existentes.

No Pradoso a maioria dessas atividades é desenvolvida de forma predatória e geram problemas socioambientais como na produção de farinha que resulta no descarte inadequado da manipueira[2], a escavação do solo para fabricação de tijolos que causa seu desgaste e erosão e consequentemente perda da fertilidade para a prática agrícola e a recente mineração da bentonita, como foi mencionado, atraindo grandes empreendimentos que exploram e beneficiam esse mineral.

Esse artigo foi produzido através de leituras e análises de textos de autores que discutem a temática ambiental, produzindo assim uma discussão que espera-se posteriormente dar suporte a pesquisa empírica da dissertação.

2 A ATUAÇÃO DA SOCIEDADE NA CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS E TERRITÓRIOS

Sendo o espaço um conceito-chave da Geografia, a sua abordagem é de fundamental importância para compreensão das relações estabelecidas na sociedade. Para Santos (2008), a junção da sociedade com a paisagem forma o espaço, que é dotado de ação e movimento. O espaço abarca as formas geográficas que são relativamente permanentes e a sociedade com seu contexto social, essa última responsável por dár-lhe sentido. Sendo assim, o espaço é resultante da ação humana intermediada por objetos naturais e artificiais.

> Quando analisamos um dado espaço, se nós cogitamos apenas dos seus elementos, da natureza desses elementos ou das possíveis classes desses elementos, não ultrapassamos o domínio da abstração é somente a relação que existe entre as coisas que nos permite realmente conhece-las e defini-las. Fatos isolados são

[2] Substância resultante do beneficiamento da mandioca que possui alto teor de toxidade devido à presença do ácido cianídrico (HCN), cuja ingestão ou mesmo inalação representa sério perigo à saúde, podendo ocorrer casos extremos de envenenamento (CAGNON et al., 2002).

> abstrações e o que lhes dá concretude é a relação que mantém entre si (SANTOS, 1997, p.14).

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável no qual há participação, de um lado, de objetos geográficos, naturais e sociais e, de outro, da sociedade, da vida que os preenche e os anima dando-lhe movimento. Portanto este não é mero resultado da interação do homem com a natureza primeira, mas, como diz Santos (2008) é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, por intermédio de objetos naturais e artificiais.

As relações mencionadas pelo autor não são apenas bilaterais, mas relações generalizadas. Também não são relações entre coisas em si ou por si próprias, mas entre as qualidades e atributos intrínsecos a elas, formando um verdadeiro sistema, comandado pelo modo de produção dominante nas suas manifestações à escala do espaço em questão.

Diante disso, o espaço geográfico deve ser visto em sua globalidade, uma vez que seus elementos estão íntima e extensamente ligados, Bernardes (1995) alerta que a problemática espacial deve ser apreendida como derivação da totalidade, uma vez que cada lugar é parte de um todo.

Outra observação importante a ser feita é que o espaço por seu dinamismo está em permanente transformação, que pode ser resultado de fatores externos e internos, impondo mudanças espaciais e evolução das suas próprias estruturas, como considera Corrêa (1995):

> No longo e infindável processo de organização do espaço o Homem estabeleceu um conjunto de práticas através das quais são criadas, mantidas, desfeitas e refeitas as formas e as interações espaciais. São as práticas espaciais, isto é, um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais (CORRÊA, 1995, p.5).

Para Santos (1996), o ato de produzir é, ao mesmo tempo, o ato de produzir espaço, são ações indissociáveis. Ou seja, a partir do momento em que o homem produz, retira da natureza elementos indispensáveis à reprodução da vida, ele está produzindo o espaço humano. Neste sentido, o espaço define-se como um conjunto de relações sociais do passado e do presente, cuja evolução se faz de forma diferenciada em cada lugar, cada tempo da humanidade se distingue pela maneira como se apresenta o espaço.

Como diz Santos (2008 p. 96, 97): “Toda ação humana é trabalho e todo trabalho é trabalho geográfico. Não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem trabalho. Viver para o homem é produzir espaço”.

Raffestin (1993) aborda que as relações de poder que se inscrevem no espaço, criam territórios, ou seja, o território é formado no espaço em decorrência de uma ação conduzida por um ator sintagmático (que realiza um programa) em qualquer escala. Quer dizer, o território é uma produção a partir do espaço, fruto da projeção de um trabalho envolvendo informação e energia e pressupõe, conseqüentemente, relações de poder. Para reforçar a distinção entre território e espaço o referido autor salienta que o território se apóia no espaço, mas não é o espaço, é uma produção a partir do espaço.

Souza (1995) concorda com Raffestin no sentido de que o território se define a partir do espaço e do poder, e, portanto, o espaço é anterior ao território. Mas a divergência entre ambos está no primeiro considerar empobrecedor o fato de o segundo reduzir espaço ao espaço natural, enquanto que o conceito de território torna-se automaticamente, quase que sinônimo de espaço social.

Mesmo privilegiando as transformações do poder no território, para Souza (1995) esse poder não se restringe ao Estado, nem se confunde com violência e dominação. Após repensar o território, o autor propõe o conceito de território autônomo, como uma alternativa de desenvolvimento. Tal conceito, no entanto, será explorado nesse trabalho quando relacionado á coletividades.

O território só é realmente formado quando estiver contida nas estratégias dos agentes individuais ou coletivos, a intenção de controle sobre uma determinada área, controle este que se expressará por intermédio de delimitações, de fronteiras e limites, o que para Santos (1996), são linhas traçadas de comum acordo ou pela força. Diante disso, é necessário o cuidado de não banalizar e confundir o território como sendo qualquer organização de atividades no espaço.

3 RELAÇÕES SOCIEDADE- NATUREZA E RELAÇÃO SOCIEDADE-SOCIEDADE NO ENFOQUE AMBIENTAL

A manifestação das relações de poder se faz, há muito tempo, sobre a natureza e conseqüentemente sobre os elementos oriundos dela. Contudo essa relação produz intensos contrastes, pois a natureza transformou-se em instrumento do modelo capitalista como ressalta Porto-Gonçalves:

> A natureza é, em nossa sociedade, um objeto a ser dominado por um sujeito, o homem, muito embora saibamos que nem todos os homens são proprietários da natureza. Assim, são alguns poucos homens que dela verdadeiramente se apropriam. A grande maioria dos outros homens não passa, ela também, de objeto que pode até ser descartado (PORTO - GONÇALVES, 1990, p. 26, 27).

Santos (2008) destaca que a natureza passa por um processo de mudanças cada vez mais intenso, tornando-se mais culturalizada, artificializada e humanizada. Isso acontece porque as técnicas vão se incorporado à natureza, esta vive um intenso processo de tecnificação, o que resulta na sua socialização, trabalho de um número cada vez maior de pessoas. “A natureza converte-se assim num meio de produção, objeto de uma apropriação social, atravessado por relações de poder” (LEFF, 2001, p. 66).

Na visão de Porto-Gonçalves (1990) as técnicas desenvolvidas pelo homem são dependentes de um determinado contexto social, político e cultural, são as mediações entre o social e o natural. Não é apenas por uma razão técnica que a sociedade se desenvolve e se modifica. Isso porque nenhuma técnica tem razão em si mesma, o desenvolvimento e as modificações verificadas no meio social devem-se a um fator de ordem política, evidenciado na tentativa de obter cada vez mais um controle sobre a natureza.

Portanto, para o referido autor a solução dos problemas ambientais não é simplesmente de natureza técnica, mas política e cultural, pois para ele a técnica deve servir à sociedade e não esta ficar subordinada àquela.

Godard (1990) reconhece que a dinâmica histórica dos bens naturais exerce uma influência sobre as formas econômicas de produção ou sobre o

desenvolvimento de certos modelos de relações sociais, que estão associados às formas técnicas, assim a disponibilidade desses bens num dado momento tende a favorecer certas formas sociais de produção e certos modos de organização social, mencionando ainda as lutas e conflitos que a apropriação desses recursos provoca. A criação de novas técnicas e novos modos de exploração torna possível uma transformação da organização social da produção e das relações sociais.

Morandi e Gil (2000) completam que no intuído de suprir todas as suas necessidades o homem apropriou-se da natureza e o fez de forma desigual, quase sempre num ritmo acelerado, o interesse ilimitado e a pressa na conquista impulsionaram a necessidade de criação de técnicas cada vez mais ousadas e complexas que avançam sobre a natureza.

As técnicas desenvolvidas não têm como prioridade os princípios básicos de respeito à natureza, e mesmo àquelas que procuram agir de forma responsável não são democratizadas, ou seja, não favorecem a todos, ao contrário seguem interesses segmentados daqueles que as criaram e detêm os meios de produzi-las, geralmente são técnicas de alto custo, por conseguinte cada vez mais distantes da comunidade desprovida de recursos para obtê-las.

Diante desse fato o que se verifica são formas imediatistas e predatórias de exploração e relacionamento com a natureza por parte de alguns grupos, esta por sua vez responde às agressões sofridas com solos improdutivos, áreas desérticas, águas contaminadas, dentre outros fenômenos conhecidos que afetam a maioria da população, especialmente as camadas mais desprovidas que estão longe de lucrar com os benefícios dessa exploração, restando para estas, na maioria das vezes, apenas os ônus acima mencionados.

Para Casseti (1995) o agravamento dos problemas ambientais nasce com as relações de propriedade privada e o antagonismo de classes. Ele sintetiza que os problemas ambientais têm-se agravado em função do maior desenvolvimento anárquico das forças produtivas que estruturam o modo de produção capitalista, enquanto as relações de produção são relações de domínio e submissão.

Apesar da afirmação do autor, muitos discursos relativos às questões ambientais se desviaram do foco das relações de produção capitalistas, e reduziram a relação sociedade-natureza em um discurso naturalista, no qual a sociedade é vista apenas como fator antrópico degradante. Essa visão dilui a questão ambiental, naturalizando-a e, assim, empobrecendo-a, posto que repõe o paradigma dicotômico que separa sociedade de natureza, natureza da cultura, paradigma este que precisa ser superado de acordo Porto- Gonçalves (2001).

Para Carlos (1994), a visão exteriotipada do homem como destruidor - depredador torna-se ingênua, para a autora tal ideia apaga as referências históricas e as desigualdades que estão no interior do processo de constituição do espaço. A sociedade torna-se uma abstração, sem classes sociais, sem antagonismos , sem contradições e conflitos.

As relações homem-homem, bem como suas contradições, interesses e formas de apropriação distintas não são levados em consideração, tornado muitas vezes a discussão superficial. Para reforçar essa constatação concorda-se com Rodrigues (1996) quando diz que os problemas ecológicos parecem, à primeira vista, referir-se apenas às relações homem-natureza e não as relações dos homens entre si, suas culturas, seus ideários, seus conflitos.

O alerta da autora se faz no sentido de ter cuidado para não ocultar a existência e as contradições de classes sociais para compreender a problemática ambiental em sua complexidade, pois os problemas ambientais dizem respeito às formas como o homem em sociedade apropria-se da natureza. Outra observação importante de Rodrigues (2009) é que

> O deslocamento discursivo de ambiente para meio ambiente, de desenvolvimento para desenvolvimento sustentável, de matérias-primas e energia para “recursos naturais”, de força de trabalho para “recursos humanos” oculta a existência das classes sociais e a importância do território, desloca conflitos de classes para um suposto conflito de gerações e os conflitos de apropriação dos territórios para a natureza, o ambiente, o bem comum da humanidade. (RODRIGUES 2009, p.199).

A análise da sociedade organizada em classes permitirá perceber quem verdadeiramente se apropria da natureza e poderá dar luz a discussões mais concretas e corretamente fundadas. O discurso ambiental

visto nas últimas décadas tende a estar mais preocupado com a identificação dos efeitos imediatos locais do que com as causas, bem como com os estudos da interpretação dos processos.

Retomando a ideia de Rodrigues (1996), a pauta do desenvolvimento sustentável está em querer preservar os recursos naturais para o bem das gerações futuras, esse ideal que vem sendo incorporado e propagado na sociedade atual, no discurso político e até mesmo no científico, oculta a necessidade da análise crítica do modo de produção capitalista e legitima a apropriação desigual da natureza por determinados grupos, além disso, transfere a responsabilidade de gerir os bens naturais à sociedade como um todo em prol das gerações futuras, portanto abstratas. Como pensar nas gerações futuras se grande parte da geração presente não tem participação na apropriação das riquezas?

A questão ambiental requer uma análise que não se restrinja a uma visão superficialmente focada nos seus efeitos visíveis, diante disso Porto-Gonçalves (2006) traz dimensões importantes para o desafio ambiental e que são específicas das relações com a natureza estabelecidas pelas sociedades capitalistas, a primeira diz respeito à separação que há entre quem produz e quem consome (quem produz não é proprietário do produto), logo a produção não se destina para o consumo direto dos produtores, assim como o lugar que produz não é necessariamente o lugar de destino da produção, como exemplos as atividades mineradoras.

O autor completa seu pensamento dizendo que “[...] sob o capitalismo, haverá, sempre, relações espaciais de dominação/ exploração, tirando *dos lugares* e, mais, *dos do lugar,* o poder de definir o destino dos recursos com os quais vivem” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 290, grifo do autor). Dessa constatação se materializam as relações sociais de poder. Outra consideração importante a ser feita por Leff (2007) é que

> A problemática ambiental não é ideologicamente neutra nem é alheia a interesses econômicos e sociais. Sua gênese dá-se num processo histórico dominado pela expansão do modo de produção capitalista, pelos padrões tecnológicos gerados por uma racionalidade econômica guiada pelo propósito de maximizar lucros e os excedentes econômicos a curto prazo, numa ordem econômica mundial marcada pela desigualdade de nações de classes sociais (LEFF, 2007, p. 64).

Para Leff (2001), a discussão das questões ambientais é, sobretudo, um convite à ação dos cidadãos para participar na produção de suas condições de existência e seus projetos de vida, oferecendo novos princípios aos processos de democratização da sociedade que induzem à participação direta das comunidades na apropriação e transformação de seus bens naturais.

As comunidades e grupos locais constituem oportunidades para que as pessoas expressem suas preocupações e sugestões para a criação de meios eficazes a serem aplicados no seu dia a dia. Como defende Souza (2009) no conceito de territórios autônomos, tais comunidades carecem de autonomia, fundamento da participação e base do desenvolvimento, o poder de uma coletividade se reger por si própria. Retomando a discussão sobre território pode-se considerar que

> Uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território, catalisador de uma identidade cultural e ao mesmo tempo continente de recursos, recursos cuja acessibilidade se dá, potencialmente, de maneira igual para todos (SOUZA, 2009, p. 106).

Para essas coletividades gerir autonomamente o seu território e autogerir-se são condições para uma gestão socialmente justa dos recursos ali contidos. Essas pessoas precisam de autoridade, poder e conhecimento para agir. Aqueles que se organizam para trabalhar pela melhor conduta nas atividades em seus grupos sociais podem construir uma força efetiva, capaz de propiciar bons resultados, suprindo suas necessidades essenciais de maneira sustentável conservando seu meio ambiente ao mesmo tempo.

Para tanto as comunidades precisam ter controle efetivo sobre seus próprios assuntos, acesso garantido aos recursos disponíveis e participação igualitária sobre o controle destes, além de direitos de participação de decisões, treinamento e educação, o poder de decidir dentro e fora da comunidade sobre a alocação de recursos comuns.

Vale ressaltar ainda que a coletividade deve dispor de mecanismos eficazes para influenciar a condução da máquina pública, tendo acesso aos meios de comunicação, dispondo de informações. Dessa forma as ações ambientais que normalmente estão voltadas para grandes centros urbanos ou

para importantes reservas ecológicas, atingirão também os distritos e suas áreas rurais, nas quais a necessidade de contenção do processo degradante da natureza não é apenas por questões ecológicas, mas pela própria sobrevivência dessas comunidades, cujas atividades estão estreitamente ligadas à natureza e os bens que proporciona.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se nesse trabalho propiciar uma discussão teórico-conceitual sobre a importância da análise socioambiental a partir das relações de produção, que será base fundamental na pesquisa sobre o Distrito de Pradoso, localizado no município de Vitória da Conquista- Ba. A análise aqui proposta procurou distanciar-se da superficialidade em que muitas discussões ambientais estão submetidas, um enfoque apenas nos aspectos naturais, distanciando a sociedade bem como suas contradições e complexidade do centro da questão. A intenção foi discutir a problemática ambiental numa abordagem que integre sociedade e natureza, tendo como ponto de partida os interesses diferenciados de apropriação gerados pelo modo de produção capitalista, que resultam numa distribuição desigual de rejeitos e proveitos, movidos pelo interesse do capital. Para tanto, houve o diálogo com autores que levantam essa temática, fornecendo assim as bases conceituais necessárias para uma discussão ambiental consistente.

REFERENCIAS

BERNARDES, Júlia A. Mudanças técnicas e espaço. In: CASTRO, I.E. et al. (Orgs.). **Geografia conceitos e temas***.* 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p 239-251

CAGNON, J.R, et al. **Série Cultura de tuberoses amiláceas latino-americanas***.* In Cd-rom Vol. 2- Cultura de tuberoses amiláceas latino-americanas*.* Fundação Cargill. Agosto/2002.

CARLOS, Ana Fani. A. O meio ambiente urbano e o discurrso ecológico. **Revista do Departamento de Geografia.** São Paulo, n. 08, p. 75-78, 1994.

CASSETI, Valter. **Ambiente e apropriação do relevo**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1995.

CORRÊA, Roberto L. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I.E. et al. (Orgs). **Geografia conceitos e temas***.* 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p 35.

GODARD, Olivier. A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: Conceitos, instituições e desafios de legitimação .In: VIEIRA, Paulo Freire. et al. (Orgs.) **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento- novos desafios para a pesquisa ambiental.** São Paulo: Cortez, 1997. p. 202.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 64.

_____.**Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 4 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. p. 66 a 83.

MENDONÇA, Francisco; KOZEL, S. (Orgs.) **Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea***.* Curitiba: Ed. da UFPR, 2004. p.126.

MORANDI, Sonia; GIL, Izabel C. **Tecnologia e ambiente**. São Paulo: Copidart, 2000.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 2 edição. São Paulo: Contexto, 1990. p 26-27

_____. **Globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006. p. 290.

_____. Meio ambiente, ciência e poder: diálogo de diferentes matrizes de racionalidade. In:

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993. p.144.

RODRIGUES, Arlete M. **A abordagem ambiental: questões para reflexão. Geotextos**. Salvador, v. 5, n. 1, p. 183-202, julho de 2009.

_____. **Produção e consumo do e no espaço: problemática ambiental urbana.** São Paulo: Hucitec, 1996. p. 8-22

SANTOS, Milton. **Espaço & método**. 4 ed. São Paulo: Nobel, 1997. p. 14- 15

_____. **Metamorfose do espaço habitado**. 6 ed. São Paulo:Edusp, 2008. p.77-97

_____. **Por uma Geografia nova**. 4 ed. Hucitec: São Paulo, 1996. p. 201-207

SOUZA, Marcelo L. O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I.E. et al. (Org). **Geografia conceitos e temas**. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 106- 113